

A AMPLIAÇÃO DOS E-SERVIÇOS MUNICIPAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA

Jaedson Gomes dos Santos
Flavio Perazzo Barbosa Mota

Resumo: A pandemia da COVID-19 trouxe desafios significativos para os governos locais na prestação de serviços públicos, devido à alta incerteza envolvida. Nesse contexto, as tecnologias da informação e comunicação se tornaram aliadas essenciais para garantir a continuidade desses serviços, especialmente por meio da prestação remota. A literatura especializada tem se dedicado ao estudo da adoção do governo eletrônico no âmbito local, identificando determinantes de ordem socioeconômica, demográfica, institucional e política para uma implementação bem-sucedida. No entanto, surge a questão de como esses determinantes se aplicam em situações de crise, como a pandemia da COVID-19, quando os governos locais enfrentam desafios complexos e sem precedentes. O objetivo deste trabalho é identificar as características dos municípios brasileiros que ampliaram a oferta de serviços eletrônicos durante o primeiro ano da pandemia. A abordagem do estudo é exploratória e quantitativa, utilizando dados secundários dos municípios brasileiros. A análise e o teste de hipóteses foram conduzidos por meio de estatísticas descritivas e de modelos de regressão logística binomial.

RESUMO EXPANDIDO:

A capacidade estatal constitui um importante ativo para a implementação de políticas públicas bem-sucedidas (Cingolani, 2013). Todavia, o conceito de poder infraestrutural do Estado ainda não foi devidamente compreendido no contexto da era digital (Cingolani, 2022). Em um cenário marcado por incertezas, como o da pandemia da Covid-19, as capacidades dos governos foram postas à prova, exigindo uma série de inovações. Nesse contexto, as tecnologias da informação e comunicação se mostram como aliadas para a administração pública continuar seus serviços públicos mesmo diante de restrições evidentes.

Por isso, a literatura especializada tem se preocupado em explicar a adoção, a implementação e a institucionalização do governo eletrônico no nível local (Dias, 2020). Logo, estudos anteriores identificaram determinantes internos e externos aos governos locais, como o porte populacional, o dinamismo socioeconômico e o nível de renda da população, o nível de acesso domiciliar à internet, a capacidade fiscal e administrativa do governo, a dinâmica política, a dinâmica institucional, dentre outros (Ahn, 2011; Fan, 2013; Bolivar, 2017; Sobaci & Eryigit, 2017; Dias, 2020; González-Bustamante & Aguilar, 2023).

Contudo, cabe questionar se esses mesmos determinantes indicados sob cenários de regularidade social se aplicam a cenários de crise, especialmente, no primeiro ano da pandemia da Covid-19, em que os governos locais passaram pelo maior grau de incerteza e inexperience para lidar com tamanha complexidade. Dentro dessa lacuna, abre-se espaço para se questionar:

quais fatores socioeconômicos, demográficos, institucionais e políticos estão associados à ampliação da oferta de E-serviços durante a pandemia da COVID-19?

Essa pergunta aborda a lacuna no entendimento do comportamento, muitas vezes atípico, dos governos locais durante a crise sanitária da COVID19. Portanto, o objetivo do trabalho é identificar as principais características econômicas, sociodemográficas, políticas e institucionais dos municípios brasileiros que ampliaram a oferta de E-serviços durante o primeiro ano da pandemia da COVID-19. Afinal, de acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais da metade dos governos municipais brasileiros (59,5%) ampliaram a oferta de E-serviços para a população local nesse período.

Visando responder o problema de pesquisa, o artigo tem abordagem exploratória e quantitativa, analisando dados secundários para os 5570 municípios brasileiros, a partir de fontes como o IBGE, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN). Foram testadas oito hipóteses, para verificar se variáveis influentes em períodos de regularidade social também são condicionantes para explicar a ampliação dos E-serviços municipais em um contexto de pandemia.

H1 = O porte do município contribui positivamente para probabilidade de ampliação dos E-serviços em nível local

H2 = O PIB per capita contribui positivamente para a probabilidade de ampliação dos E-serviços em nível local

H3 = A força de trabalho da gestão municipal contribui positivamente para a probabilidade de ampliação dos E-serviços em nível local

H4 = O desempenho fiscal contribui positivamente para a probabilidade de ampliação dos E-serviços em nível local

H5 = A dependência fiscal do município perante o Governo Federal contribui negativamente para a probabilidade de ampliação dos E-serviços em nível local

H6 = A competição eleitoral no município contribui positivamente para a probabilidade de ampliação dos E-serviços em nível local

H7 = A adoção de decretos municipais de isolamento social contribui positivamente para a probabilidade de ampliação dos E-serviços em nível local

H8 = Fazer parte de regiões metropolitanas contribui positivamente para a probabilidade de ampliação dos E-serviços em nível local

Em termos de análise, a pesquisa se divide em dois momentos. A primeira etapa descritiva resume o banco de dados. Na segunda etapa inferencial, estima-se uma regressão a partir de

modelos logit binomiais, visando testar as hipóteses estabelecidas, de acordo com a definição das variáveis do estudo, descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis do estudo

Variável dependente	Operacionalização	Relação causal	Hipótese	Fonte
Ampliação	0: Municípios que não ampliaram a oferta de E-serviços 1: Municípios que ampliaram a oferta de E-serviços	N/A	N/A	IBGE (2020)
Variáveis independentes	Operacionalização	Relação causal	Hipótese	Fonte
População (Log)	Estimativa anual de população municipal	+	H1	IBGE (2020)
PIB per capita (Log)	Distribuição per capita do PIB municipal	+	H2	IBGE (2020)
Força de Trabalho	Proporção de servidores públicos por cada 1.000 habitantes	+	H3	IBGE (2020)
Desempenho Fiscal	Índice multidimensional agregado (variação entre 0 e 1)	+	H4	FIRJAN (2020)
Dependência Fiscal	Percentual de receitas advindas de transferências federais em relação ao total de receitas	-	H5	STN (2020)
Competição eleitoral	Margem de vitória do candidato eleito	+	H6	TSE (2020)
Isolamento Social	0: Municípios que não adotaram decretos de isolamento social 1: Municípios que adotaram decretos de isolamento social	+	H7	IBGE (2020)
Região Metropolitana	0: Municípios que não estão inseridos em regiões metropolitanas 1: Municípios que estão inseridos em regiões metropolitanas	+	H8	IBGE (2020)

REFERÊNCIAS

Ahn, M. J. (2011). Adoption of e-communication applications in US municipalities: The role of political environment, bureaucratic structure, and the nature of applications. *The American Review of Public Administration*, 41(4), 428-452.

Cingolani, L. (2013). *The state of state capacity: a review of concepts, evidence and measures* (UNU-Merit Working Paper Series, 2013-053). Maastricht, The Netherlands: Maastricht Economic and social Research institute on Innovation and Technology.

Cingolani, L. (2023). Infrastructural state capacity in the digital age: What drives the performance of COVID- 19 tracing apps?. *Governance*, 36(1), 275-297.

Dias, G. P. (2020). Determinants of e-government implementation at the local level: an empirical model. *Online Information Review*, 44(7), 1307-1326.

Fan, B. (2013). Achieving horizontal integration of municipal e-government in China: assessment

of managerial mechanisms. *Information development*, 29(4), 333-348.

González-Bustamante, B., & Aguilar, D. (2023). Territorial patterns of open e-government: evidence from Chilean municipalities. *Political Research Exchange*, 5(1).

Sobaci, M. Z., & Eryigit, K. Y. (2015). Determinants of e-democracy adoption in Turkish municipalities: An analysis for spatial diffusion effect. *Local Government Studies*, 41(3), 445-469.